



**Município de Quatro Pontes**

*Estado do Paraná*

**PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E  
DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE  
QUATRO PONTES-PR**

**2016-2026**

## **LISTA DE SIGLAS**

CMAS- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMDCA- CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNES- CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS- CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CT- CONSELHO TUTELAR

ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

ESUS - SISTEMAS DE SOFTWARE PARA A CAPTAÇÃO DE DADOS

NOB-RH: NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS

PSF- PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

RAG – REDE DE ATENDIMENTO À GESTANTE

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

SIM - SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE

SINAN - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO

SIPIA- SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

SIPNI - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

SISPRENATAL - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTANTE

TI- TRABALHO INFANTIL

**Composição da Comissão Inter setorial Responsável pela Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Quatro Pontes:**

Anete Teresinha Buss Henz

Ângela Dulce Maffei

Camila Elis Theobald

Denize Olga Grenzel Anschau

Diani Maria Kolling

Dirce Maria Francener

Eulice Maffei

Eveline Bender

Ilone Therezinha Dapper Bremm

Jessica Anna Wagner

Marizete Conceição Almeida

Miguel Wanderlei Lang

Miguela Andressa Hanke Ohse

Neiva Teresinha Rauber Scherer

Rosangela Zuanazzi Leobet

Rosani Maria Lenz

Sandra Daniele Rohden Brandt

Solange Terezinha Goetz Poersch

## **SUMARIO**

### **1-APRESENTAÇÃO**

Partindo do pressuposto que há toda uma legislação onde aqui elencamos as duas principais sendo a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que amparam a elaboração de Políticas próprias voltadas a crianças e adolescentes sendo estes sujeitos de direitos, dignos de tratamento diferenciado em função de maior vulnerabilidade inerente à peculiar condição de pessoas em desenvolvimento. (Plano Decenal do Estado do Paraná 2014). E segundo a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social (art.2.º) , o atendimento a criança é uma das prioridades da política de Assistência Social. Este conjunto de leis adotam o mesmo paradigma de defesa da cidadania, se opõem ao assistencialismo e ao clientelismo, abrindo a perspectiva da proteção integral.

Visto que aconteceu o lançamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e há uma mobilização estadual (com apoio do CONANDA -Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberando para que os municípios elaborem seus respectivos Planos), o município necessitou planejar e traçar ao longo prazo (dez anos) objetivos, ações, metas e estratégias, construindo indicadores de monitoramento das políticas públicas voltadas as estes sujeitos de direito

O município de Quatro Pontes através de uma Comissão Inter setorial do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA pactuado com Executivo Municipal com o apoio das Secretarias Municipais todos unidos para um planejamento a longo prazo balizará as ações daqui para frente no município, na área da criança e do adolescente, elaborou o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de Quatro Pontes.

### **2-EIXOS NORTEADORES**

#### **2.1- Direito à Vida e à Saúde**

A Constituição Federal/1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde, além de diversos outros direitos que possibilitam a fruição de uma vida digna e

de qualidade. Ademais, preceitua que a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, "garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art.196, CF/1988).

Enquanto sujeitos de direitos as crianças e os adolescentes se destacam por sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, as crianças e os adolescentes necessitam de maior atenção e proteção nesse momento. O conceito de saúde, conforme define a Organização Mundial de Saúde (OMS), não se restringe a ações isoladas de tratamento ou prevenção de doenças, mas compreende o completo bem-estar físico, mental e social (OMS, 2012).

Especificamente, é assegurado que toda criança e adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (art. 7º, Estatuto). De fato, a vida e a saúde consubstanciam-se como os direitos mais essenciais e primários de todos os direitos fundamentais, pois somente a partir de sua realização existe razão para que os demais sejam efetivados. Assim, os direitos à dignidade, ao respeito, à educação, ao esporte, à convivência familiar, entre outros, gravitam em torno do direito à vida, que tem a saúde como premissa que possibilita sua manutenção.

Neste eixo, no Plano de Ação, estarão elencadas ações que visam à garantia do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, pautando a oferta, a melhoria da qualidade e a garantia de acesso aos serviços públicos.

## **2.2 Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade**

Os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade são direitos primordiais de todos os cidadãos inseridos em um Estado Democrático de Direito. Esses direitos são assegurados constitucionalmente, sobretudo no art. 5º, que contém os direitos e garantias individuais e coletivos, e nos arts. 6º e 7º, que elencam os direitos sociais.

Transportados para a realidade da criança e do adolescente, esses direitos ganham novos contornos, de maneira que as crianças e os adolescentes têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em desenvolvimento, mas continuam considerados como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais (art. 15, Estatuto).

Considerando a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, que passa por pleno processo de formação física, psíquica e moral, o legislador destaca o que abrange o direito à liberdade das crianças e dos adolescentes, nos termos do art. 16 do Estatuto:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação

A proteção da dignidade das crianças e dos adolescentes está destacada no art. 18 do Estatuto, segundo o qual é dever de todos zelar por sua dignidade, salvaguardando-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante ou constrangedor. Essa previsão foi formulada em consonância com princípios da Declaração e da Convenção da ONU, bem como com a CF/1988 (art. 227). Todas as pessoas foram, portanto, corresponsabilizadas por zelar pelo efetivo cumprimento do direito à dignidade. No caso de conhecimento de violações ou desrespeito à dignidade da criança e do adolescente deve haver a comunicação para as autoridades competentes, mormente ao Ministério Público, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

### **2.3- Direito à Convivência Familiar e Comunitária**

Não há dúvidas de que o melhor lugar para o desenvolvimento de uma criança é o núcleo familiar, preferencialmente em sua família natural, na qual a criança seja esperada e querida, onde seja cercada de afeto, carinho e cuidado durante seu crescimento. É necessário, para que a criança e o adolescente atinjam a plenitude em seu desenvolvimento em suas potencialidades, que cresçam em um ambiente adequado, no qual lhes sejam supridas suas necessidades básicas, sejam elas físicas, morais, psíquicas e afetivas.

O Estatuto, afiança especificamente o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, em ambiente que ofereça a concretização de todos os direitos inerentes à sua condição especial de desenvolvimento. Nesses termos, toda

criança e adolescente têm direito a serem criados e educados no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (art. 19, Estatuto).

A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária é, pois, imprescindível para o ideal e completo desenvolvimento das crianças e adolescentes, porquanto "a família continua sendo sempre o espaço privilegiado, único e insubstituível de socialização, prática de tolerância e divisão de responsabilidades, além de celeiro para o exercício da cidadania, do respeito e dos direitos humanos" (CURY, 2012). Nessa análise, é necessário verificar sempre o que mais atende ao melhor interesse da criança e do adolescente, envidando esforços no sentido de que todos os seus direitos fundamentais sejam concretizados.

Assim, no eixo referente a este direito fundamental, no Plano de Ação, localizam-se ações de proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, reordenamento dos serviços de acolhimento, garantia de exames gratuitos para investigação de paternidade, dentre outras.

## **2.4- Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**

O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer para a criança e para o adolescente são assegurados constitucionalmente. Como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

No que se refere à cultura, é assegurado a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, com apoio e incentivo estatal para a valorização e a difusão das manifestações culturais. As práticas desportivas e o lazer, como formas de promoção social, serão também fomentados (arts. 205, 215, 217, 227 da CF/1988).

Após a família, a escola é o segundo meio comunitário em que a criança estará inserida, lugar em que estabelecerá suas primeiras relações em sociedade. A escola, portanto, é uma instituição fundamental que atua na complementação do desenvolvimento pessoal e integral das crianças e dos adolescentes, proporcionando não só a aquisição de conhecimentos científicos, mas também a formação social, moral e cidadã, viabilizando a expressão e realização de todas as suas potencialidades humanas.

O Estatuto, em simetria com os ditames constitucionais, determina que todas as crianças e os adolescentes têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (art. 53, Estatuto). Os deveres do Estado a fim de viabilizar a efetividade do direito à educação estão expressos no Estatuto e representam reais garantias para as crianças e adolescentes:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

## **2.5- Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho**

A profissionalização e a proteção no trabalho são direitos fundamentais assegurados aos adolescentes a partir dos 14 anos. O direito à profissionalização visa a proteger o interesse dos adolescentes de se prepararem adequadamente para o exercício do trabalho na vida adulta, visto que a qualificação profissional é elemento essencial para a inserção futura no mercado de trabalho (MACHADO, 2003, p.188). No entanto, toda a abordagem sobre o trabalho permitido ao adolescente, seja no âmbito da



profissionalização ou fora dela, deve ser realizada com especial cautela e atenção, em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento e da proteção excepcional e integral a que faz jus. O respeito às normas que regulamentam a proteção no trabalho para os adolescentes é, pois, fator determinante para que outros direitos fundamentais não sejam violados, bem como para que não haja consequências prejudiciais ao desenvolvimento daqueles.

O Estatuto reforça de forma expressa o direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho, corroborando toda a normatização já exposta, sobretudo os limites estabelecidos ao trabalho do adolescente. O trabalho permitido a este deve respeitar as premissas do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

## **2.6 -Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Para a consolidação da Doutrina da Proteção Integral preconizada na CF/1988 e no Estatuto, o Brasil caminhou para a estruturação de um sistema que organiza a proteção e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, estabelecendo atribuições e funções e institucionalizando a integração entre os órgãos que atuam nesta área. O Estatuto, apesar de definir responsabilidades dos entes, não organizou formalmente e de maneira integrada as instituições que atuam na garantia de direitos.

Significando um grande avanço na proteção de crianças e adolescentes, mais do que um sistema em si, o Sistema de Garantia de Direitos é a integração de vários sistemas que convergem para a proteção integral de crianças e adolescentes. O Sistema de Garantia de Direitos só existe na interlocução com outros sistemas nacionais, como o de saúde, de assistência social, dentre outros.

A política de atendimento das crianças e dos adolescentes operacionaliza-se por meio de serviços e programas das mais diversas políticas públicas, da execução de medidas de proteção desses direitos, bem como da execução de medidas socioeducativas. Essa política especializada deve funcionar de forma transversal e inter setorial, com a articulação de todas as políticas públicas de infraestrutura, institucionais, econômicas e sociais, e com a integração de todas as suas ações, a fim de que seja alcançada a efetivação de todos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

### **3-PERFIL E LEVANTAMENTO DO CENÁRIO DE QUATRO PONTES**

#### **3.1-Diagnóstico socioterritorial**

O Município de Quatro Pontes está situado no extremo Oeste do Estado do Paraná, em torno do ponto 24°35' de latitude sul e 54°00' de longitude Oeste, a uma amplitude média de 410 metros sobre o nível do mar.

Pertence à Mesorregião Geográfica do Oeste Paranaense, polarizada pelo município de Cascavel, localizando-se mais especificamente na Microrregião do município de Toledo.

Distante apenas 6 km do município de Marechal Cândido Rondon, com a qual mantém uma estreita vinculação; 30 km do município de Toledo e 580 km da Capital, Curitiba. Limita-se ao Norte com os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Nova Santa Rosa, ao Leste e Sul com o Município de Toledo e a Oeste com o Município de Marechal Cândido Rondon. O Município possui uma área total de 149 km².

As Rodovias BR 163 e PR 239, que atravessam o Município de leste a oeste, são as principais vias de acesso, interligando os Municípios de Marechal Cândido Rondon ao Oeste, e Toledo a Leste.

A localidade de Quatro Pontes surgiu na década de 50, através da colonização organizada pela empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A Maripá, que tinha sede no município de Toledo. Esta companhia tinha adquirido, em 1945, os direitos sobre as terras da companhia inglesa "Madera del Alto Paraná", com o objetivo de: derrubar a mata; assentar colonos Riograndenses e Catarinenses, principalmente de origem Alemã e Italiana; comercializar a madeira extraída e a produção das colônias e estabelecer núcleos urbanos.

A previsão pela companhia colonizadora do estabelecimento de núcleos urbanos, estrategicamente localizados dentro da gleba e com finalidade pré-determinada, concretizou-se e desenvolveu-se nas áreas que hoje se constituem o município de Marechal Cândido Rondon, seus 9 distritos dos Municípios desmembrados, entre eles o município de Quatro Pontes.

A partir de 1951 começaram a radicar-se, os primeiros colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trazidos pela Companhia Maripá. A localidade de Quatro Pontes era então uma vila onde se situavam o armazém de provisões gerais para

atender as necessidades da população, a Igreja, a escola e algumas casas; a maioria dos colonos estavam estabelecidos na área rural.

A extração madeireira foi uma das primeiras atividades comerciais importantes, que permeou a ocupação da região e favoreceu o surgimento de indústrias de beneficiamento de madeira, fomentando o comércio, atraindo os habitantes das áreas adjacentes até este pequeno núcleo de desenvolvimento, que posteriormente se solidificou como polo de um comércio forte, consubstanciando-se como o futuro Município de Quatro Pontes.

A companhia Maripá realizou uma divisão de terra em propriedades com área média de 25 hectares, dimensões estas que ainda hoje caracterizam uma estrutura fundiária com pequenas e médias propriedades na região de Quatro Pontes.

A localidade de Quatro Pontes pertencia primeiramente ao Município de Toledo e, após a emancipação do Município de Marechal Cândido Rondon, passou a ser distrito administrativo deste, pela Lei Municipal nº 31, de 31 de julho de 1962. Ainda em 1962 foi elevado a distrito judiciário pela Lei Estadual nº 3.668, de 31 de dezembro.

A principal atividade agrícola do Estado do Paraná, na época do surgimento de Quatro Pontes, era a Cafeicultura. Este cultivo atraiu os colonos locais, porém não se adaptou à região: a geada de 1955 frustrou as expectativas da cafeicultura e os colonos, de origem do sul e pouco acostumados a essa cultura, concentraram seus esforços em policulturas e criação de subsistência, bem como na criação de suínos. A suinocultura, constituiu-se em uma opção apropriada, dadas as características culturais dos colonos e ao pequeno tamanho dos lotes em média de 25 hectares, destacando-se ainda hoje, na economia do Município de Quatro Pontes.

Na década de 70 deu-se uma profunda modernização na agricultura com a integração da cultura mecanizada; a soja passou a ser o cultivo predominante, junto com o milho e o trigo. Este cultivo, entretanto, não é rentável em propriedades de 25 hectares, o que veio a provocar a anexação das pequenas propriedades, diretamente pela compra ou pela locação, de forma a otimizar a exploração agrícola.

A profunda transformação ocorrida na agricultura de Quatro Pontes, mostrou dois sérios problemas: uma estrutura fundiária de pequenas propriedades inadequada para os novos cultivos totalmente mecanizados; o êxodo dos agricultores que não puderam adaptar-se a essa transformação, migrando para as grandes cidades e outras regiões da nova fronteira agrícola: Paraguai, Mato Grosso, Rondônia, etc.

Como base econômica o município conta com a agricultura, a produção de soja, trigo, milho e mandioca e como a produção leiteira. Em relação às indústrias, existem indústrias no ramo da metalurgia, moveleira, moinho entre outras.

O município de Quatro Pontes foi consolidando-se na sua região e em 24 de março de 1990 aconteceu um plebiscito votando pelo desmembramento de Marechal Cândido Rondon. Em 13 de setembro desse mesmo ano foi criado o Município de Quatro Pontes pela Lei Estadual 9.368, a instalação oficial deu-se no dia 1 de janeiro de 1993.

Na população predomina a origem alemã com 90%, seguindo-se a italiana com 5%, e 5% de outras.

Segundo dados IBGE (2010), a população era de 3.803 habitantes, e estimada para 2016 é de 4.014 habitantes, entre estes 1.069 são crianças e adolescentes, situados na faixa etária dos 0 aos 19 anos, o que representa aproximadamente 28.1% da população (censo IBGE/2010). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.851 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, sendo o segundo maior do estado do Paraná, somente perdendo para Curitiba.

#### MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2015

MODALIDADE DE ENSINO	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	--	186	--	186
Creche	--	113	--	113
Pré-escolar	--	73	--	73
Ensino fundamental (1)	216	206	--	422
Ensino médio (2)	113	--	--	113
Educação profissional	--	--	--	--
TOTAL	329	392	--	721

FONTE: MEC/INEP (1) Inclui matrículas do ensino de 8 e 9 anos. (2) Inclui as matrículas do ensino médio propedêutico, do ensino integrado à educação profissional e do ensino normal e/ou magistério.

### Série Histórica de Quatro Pontes

Período	Número total de nascidos vivos	Número total de óbitos com menos de um ano de idade	Valor da Fórmula
2012	31	0	0
2013	30	0	0
2014	43	1	23,2558
2015	45	0	0

<http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/PR/quatro-pontes/mortalidade-infantil>

#### Fontes do Indicador:

- SIM - Base Municipal
- SINASC
- DATASUS
- DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE QUATRO PONTES

### **3.2-A Política de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos em Quatro Pontes**

A Secretaria de Desenvolvimento Social, possui um órgão gestor com 04 funcionários que administram a secretaria, sendo responsáveis pelo planejamento, compras, prestação de contas, além de dar apoio técnico, humano e material aos conselhos. O Órgão Gestor conta também com uma assistente social e uma psicóloga que prestam atendimento à Proteção Social Especial. O município não possui CREAS.

A Proteção Social Básica tem como objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Para isto, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, atua como a principal porta de entrada do SUAS, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica. De acordo com o CadSUAS, o município de Quatro Pontes conta com a oferta de um CRAS com capacidade de referenciamento de 2.500 famílias.

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS localiza-se na Rua São Gabriel, s/n, e conta com 5 funcionários. Desenvolve os seguintes Programas e Projetos:

**Programa Família Paranaense:** meta 80 famílias - famílias incluídas 09 e selecionadas 07.

**Grupo de convivência de Idoso do CRAS:** 80 idosos. Atividades: Dança sentada, recreação, palestras, com um encontro semanal.

**Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos e seus familiares:** Atende mães e crianças de 0 a 6 anos, com aproximadamente 30 participantes, com reuniões mensais.

**Grupo de idosos e pessoas portadoras de deficiência beneficiárias do BPC e seus familiares** – Atende em torno de 15 pessoas com reuniões mensais.

**Grupo PAIF** – Atende em torno de 39 pessoas e/ou suas famílias. Encontros mensais em grupo e/ou individuais quando necessário.

**Projeto Mãe Quatropontense:** parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com a Secretaria de Saúde: atende as gestantes de todas as

idades, inclusive adolescentes, seu acompanhamento é feito por meio de um grupo, onde são desenvolvidas durante o ano palestras de cunho preventivo e informativo as futuras mães. Não existem programas que atendam diretamente o público jovem, ou que se direcione exclusivamente para esta faixa etária.

**Projeto Curumins:** está alocado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social atendendo crianças e adolescentes da faixa etária de oito até quinze anos, munícipes de Quatro Pontes. Tem como Objetivo Geral: - Proporcionar aos participantes a prática de hábitos saudáveis e conscientes através do esporte, jogos e brincadeiras, passados a eles valores éticos e morais aliados a cooperação e amizade entre os mesmos. Aprimorar, complementar, e enriquecer a área afetiva, cognitiva e psicomotora de adolescentes dos sexos masculino e feminino, com idade entre 8 e 15 anos, com a participação devidamente autorizada pelos pais ou responsáveis, onde o principal objetivo é o desenvolvimento e a proteção. Entre seus objetivos gerais o Projeto Curumim prioriza: desenvolver ações unindo a família e a comunidade na proteção e no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social; desenvolver relações interpessoais que possibilitem a afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e propiciar sua formação cidadã; estimular a participação na vida pública; desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e contribuir para a inserção, reinserção e permanência das crianças e adolescentes no sistema educacional. Como Objetivos Específicos o projeto contempla: - Formar guarda-vidas mirim e lobinho: desenvolver noções de primeiros socorros; desenvolver noções de combate e prevenção a acidentes e incêndios; promover acampamentos e noções de sobrevivência na mata; proporcionar atividades para a conscientização e a preservação do meio ambiente; manter crianças e jovens longe das drogas e entorpecentes, através da conscientização dos males que elas proporcionam; proporcionar atividades que promovam a valorização da família; desenvolver ações que promovam noções de cidadania; valorizar a cultura regional, bem como de todas as regiões históricas do país; promover noções de trânsito e noções sobrevivência e resgate; propiciar conhecimentos básicos sobre ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**Projeto “Formando Cidadão”:** parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, ofertando

várias modalidades voltadas para a musicalização, através do ensinamento de instrumentos musicais, coral infantil e juvenil, danças jazz e folclóricas, pintura e teatro ofertados pelo Município para o público, como atividade extracurricular para crianças e adolescentes; iniciação desportiva que contempla crianças e adolescentes, nas modalidades de futsal, futebol, vôlei, judô, karatê, tênis de mesa. Além de atividades recreativas em ocasiões de datas comemorativas na área da infância e juventude, desenvolvendo assim atividades socioeducativas e lúdicas que visam à integração social, a capacitação e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes que estão situação de vulnerabilidade e risco social.

O Conselho tutelar funciona em sala alugada pela prefeitura municipal e conta com cinco conselheiras titulares e 5 suplentes. Possuem um veículo e recebem toda a estrutura para a realização do trabalho da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

O município de Quatro Pontes, possui o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Quatro Pontes, instituído pela Lei nº 135/95, de 18 de outubro de 1995, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/93, alterada em 05 de julho de 2013 pela Lei nº 1344, e é composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 4 (quatro) anos, permitindo uma recondução, sendo:

I – 3 (três) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos na Conferência Municipal de Assistência Social;

II – 3 (três) representantes do Poder Executivo local escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre os titulares ou servidores das Secretarias Municipais ou da Sociedade Civil.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é formado por 6 (seis) membros, e respectivos suplentes, sendo composto paritariamente de: 3 (três) Representantes da sociedade civil, escolhidos na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; 3 (três) Representantes do Poder Executivo Local; por 3 (três) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes indicados por ocasião das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre os delegados participantes.

**Educação:** Nas escolas municipal e estadual do município, são proferidas palestras durante o ano letivo, visando a prevenção às drogas e outras formas de violência contra crianças e adolescentes.



**Saúde:** O atendimento aos adolescentes apresenta-se através do acompanhamento realizado pela Equipe Estratégia de Saúde da Família, que possui cobertura total das famílias do município, através deste acompanhamento os adolescentes e suas famílias são encaminhados para exames, consultas e especialidades que se fizerem necessárias.

**Profissionalização:** No município até o momento não existe programa ou projeto que viabilize a profissionalização de adolescentes ou inserção destes ao mercado de trabalho.

#### **4.0 Rede de Proteção**

O município de Quatro Pontes conta com a seguinte rede de proteção que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos:

- Conselho Tutelar;
- Prefeitura Municipal de Quatro Pontes;
- CRAS;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Promotoria da Comarca de Marechal Cândido Rondon;
- Vara da Família e Sucessões, Infância e Juventude e Anexos da Comarca de Marechal Cândido Rondon;
- Batalhão de Polícia Militar;

### **5- Levantamento de informações quanto o atendimento a criança e ao adolescente no Município de Quatro Pontes**

5.1- Segundo dados do Relatório Anual de atendimento do ano de 2015 fornecidos pelo Conselho Tutelar obtêm-se o seguinte Diagnóstico:

<b>Atividades</b>	<b>Total no ano</b>
Notificação	6
Orientação e Apoio	-
Encaminhamento ao Responsável	-
Encaminhamento para Tratamento Médico	-
Encaminhamento para Tratamento Psicológico	6
Encaminhamento para Tratamento de Drogadição	2
Encaminhamento para Ministério Público	26
Encaminhamento ao Poder Judiciário	1
Encaminhamento a Autoridade Policial	-
Encaminhamento ao Serviço Social	-
Casos de Estupro	-
Estupro de Vulnerável	-
Casos de Maus Tratos	-
Abandono	-
Casos de Negligência	-
Casos de Agressão	-
Casos de Fuga	1
Trabalho Infantil	1
Abrigo em entidade	-
Desabrigamento	-
Acompanhamento para Depoimento	-
Acompanhamento para B.O	-
Acompanhamento ao IML	-
Requisição de Certidão de Nascimento	2
Visita Acompanhamento familiar	6
Visita (Acompanhamento Delegacia)	-
Matrícula Escolar	-
Frequência Escolar	4
Falta de Transporte Escolar	-

Roubo e Furto	1
Advertência	-
<b>Total de Atendimentos</b>	<b>56</b>

## 5.2-Dados obtidos da Proteção Social Especial executada no ano de 2015 no CRAS

Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)

Masculino 1(um)

Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)

Feminino 0 (zero)

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual Masculino 0 (zero)

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual Feminino 0 (zero)

Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual Masculino 0 (zero)

Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual Feminino 0 (zero)

Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono Masculino 2 (dois)

Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono Feminino 3 (três)

## 5.3- Dados obtidos do Relatório Mensal de Atendimento do CRAS no ano de 2015

Público

Número Total de atendimentos

Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos\_\_\_\_\_150

Crianças/ Adolescentes de 6 a 15 anos em

Serviços de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos\_\_\_\_\_176

Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos\_\_\_\_\_00

Total de Atendimentos\_\_\_\_\_326

**5.4- Número total de procedimentos instaurados no ano de 2015 na área da criança e do adolescente em nosso município pelo Ministério Público.**

Procedimentos	Número Total
Autos da Vara da Infância e Juventude- seção infracional_____	02
Vara da Infância e Juventude - seção cível_____	01
Processos relacionados a crianças e adolescentes de Quatro Pontes na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Marechal C. Rondon_____	00
Procedimentos instaurados no âmbito desta Promotoria de Justiça tendo como área de atuação principal a infância e a juventude_____	23
Total de Procedimentos_____	26

\*Informações fornecidas pelo Conselho Tutelar do Município de Quatro Pontes

## **PLANO DE AÇÃO**

## EIXO 1 – DIREITO À VIDA E À SAÚDE

<i><b>OBJETIVO</b></i>	<i><b>AÇÕES</b></i>	<i><b>METAS</b></i>	<i><b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b></i>	<i><b>MONITORAMENTO</b></i>		<i><b>RESPONSÁVEL</b></i>	<i><b>CORRESPONSÁVEIS</b></i>
				<i><b>INDICADORES DE RESULTADO</b></i>	<i><b>PRAZO</b></i>		
<b>Diminuição das taxas de mortalidade materna infantil, com atenção ao pré-natal e a puericultura até o primeiro ano de vida do recém</b>	Captação precoce das gestantes, ainda no 1º trimestre de gestação (Projeto Mãe Quatropontense);	90% das gestantes cadastradas	2016 A 2025	SISPRENATAL	ANUAL	ESF	SMS
	Viabilizar a realização de no mínimo 07 (sete) consultas de pré-natal por gestante;	90% das gestantes cadastradas	2016 A 2025	SISPRENATAL	ANUAL	ESF	SMS
	Atualizar	100%	2016 A 2025	SISPRENATAL	ANUAL	ESF	SMS

nascido;	periodicamente e continuamente o programa do SISPRENATAL-WEB e demais sistemas de informação relativos;						
	Realizar reuniões de grupos de gestantes mensalmente (Projeto Mãe Quatropontense);	01 grupo no município	2016 A 2025	RAG	ANUAL	ESF	SMS
	Viabilizar capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento às gestantes e crianças na rede de atenção e serviços quando	50% das capacitações oferecidas;	2016 A 2025	RAG	ANUAL	SMS	SESA

	ofertado por outras instituições;						
	Garantir o programa de imunização na Unidade Básica de Saúde com a equipe Estratégia Saúde da Família;	100%	2016 A 2025	SIPNI	ANUAL	VIG. SAÚDE	SMS
	Realizar investigação dos óbitos infantis, maternos e fetais;	100% dos casos;	2016 A 2025	SIM	ANUAL	VIG. SAÚDE	SMS
	Manter a cobertura vacinal das vacinas de rotina para as crianças;	95% de cobertura do esquema básico;	2016 A 2025	SIPNI	ANUAL	VIG. SAÚDE	SMS



	Implantar a política de aleitamento materno;	20% das crianças menores de 3 meses com aleitamento exclusivo;	2016 A 2025	RAG	ANUAL	ESF	SMS
<b>Reduzir os índices de gravidez na adolescência;</b>	Implantar projeto de prevenção à gravidez na adolescência (PPGA), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, abordando	01 palestra (reunião) anual respeitando o calendário escolar;	2016 A 2025	RAG	ANUAL	ESF	SMS

	também casos de reincidência (Projeto Gravidez na Adolescência);						
	Realizar palestras sobre DST's e métodos anticoncepcionais nas escolas, inclusive através do PSE (Projeto Combatendo as DST's);	100% das escolas públicas municipais e estaduais;	2016 A 2025	RAG	ANUAL	ESF	SMS

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO EXECUÇÃO</b>	<b>MONITORAMENTO</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEIS</b>
				<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>	<b>PRAZO</b>		
<b>Fortalecimento e qualificação da Atenção Básica como porta de entrada do sistema e ordenadora da rede;</b>	Manter e reorganizar as equipes Estratégias Saúde da Família no município;	01 equipe	2016 A 2025	CNES	-	SMS	SMS
	Manter média de visitas domiciliares pelos ACS (Agentes Comunitários de Saúde);	12 visitas por família/ano	2016 A 2025	ESUS	ANUAL	ESF	SMS
	Aderir ao PSE (Programa Saúde na Escola);	01 equipe de ESF	2016	ESUS	ANUAL	ESF	SMS SME

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO EXECUÇÃO</b>	<b>MONITORAMENTO</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEIS</b>
				<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>	<b>PRAZO</b>		
	Através do PSE, fornecer equipe multidisciplinar de apoio às escolas, bem como realizar campanhas de caráter preventivo e educativo;	100% das escolas selecionadas dentro do Programa	2016	ESUS	ANUAL	ESF	SMS  SME

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO EXECUÇÃO</b>	<b>MONITORAMENTO</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEIS</b>
				<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>	<b>PRAZO</b>		
<b>Consolidar a Saúde Bucal na Atenção Básica</b>	Realizar atividades preventivas e educativas em Saúde Bucal através do PSE;	100%	2016 A 2025	ESUS	ANUAL	SETOR ODONTOLOGIA	SMS  ESF
	Realizar as atividades de atendimento odontológico de crianças de 6-12 meses;	01 (um) profissional disponível	2016 A 2025	RAG	ANUAL	SETOR ODONTOLOGIA	SMS
	Desenvolver ações de promoção e prevenção em Saúde	4,75% média anual	2016 A 2025	RAG	ANUAL	SETOR ODONTOLOGIA	SMS

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO EXECUÇÃO</b>	<b>MONITORAMENTO</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEIS</b>
				<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>	<b>PRAZO</b>		
	Bucal;	de  ação coletiva de escovação dental supervisionada					
<b>Implementar a política de alimentação e nutrição nos diversos níveis de atenção;</b>	Acompanhamento semestral dos beneficiários do programa Bolsa Família, buscando o cumprimento das condicionalidades de saúde exigidas pelo Ministério da Saúde;	85% dos cadastrados	2016 A 2025	BOLSA FAMILIA	SEMESTRAL	ESF  NUTRIÇÃO	SMS  SME  CRAS
<b>Garantir a assistência à saúde mental por meio de</b>	Garantir atendimento psiquiátrico aos pacientes via Consórcio;	100% dos encaminhamentos atendidos	2016 A 2025	RAG	ANUAL	SMS	SMS  CISCOPAR
	Garantir atendimento Psicológico aos	100% dos encaminhados	2016 A 2025	RAG	ANUAL	SMS	SMS

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO EXECUÇÃO</b>	<b>MONITORAMENTO</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEIS</b>
				<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>	<b>PRAZO</b>		
<b>encaminhamento para consulta psiquiátrica e psicológica;</b>	pacientes via Consórcio;	mentos atendidos					CISCOPAR
	Realizar palestras para alunos e população em geral sobre o uso de drogas (Projeto Quatro Pontes no Combate as Drogas);	01 (uma) palestra anual	2016 A 2025	RAG	ANUAL	ESF	SMS

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b>	<b>MONITORAMENTO</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEIS</b>
				<b>INDICADORES DE RESULTADO</b>	<b>PRAZO</b>		
<b>Atuar com vistas a prevenir e controlar as situações de</b>	Divulgar o tema prevenção à violência junto às escolas, com palestras adequadas às diferentes faixas etárias;	1 anual	2016 A 2025	RAG	ANUAL	ATENÇÃO PRIMÁRIA ESF	SMS

<b>violência</b>	Realizar a notificação de acidentes e violências nos sistemas de informação;	100% dos casos notificados digitados no SINAN	2016 A 2025	SINAN	SEMANAL	VIG. SAÚDE	SMS
	Notificar os casos de violência atendidos nas escolas, CMEIS, CRAS, e Conselho Tutelar;	100% dos casos identificados	2016 A 2025	SINAN	SEMANAL	VIG. SAÚDE	SMS
<b>Reorganização da rede de frios e o Programa de Imunização;</b>	Manter a cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano com todas as vacinas do esquema básico;	95% de cobertura					



## EIXO 2 – DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

OBJETIVO	AÇÕES	METAS	PRAZO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEL	CORRESPONSÁVEL
Combate à discriminação e fortalecimento da diversidade	Através de palestras, orientar as crianças e adolescentes acerca das formas de prevenção à discriminação em todos os seus gêneros	Atingir 100% das crianças e adolescentes	2016 - 2026	Através de dados da SME	SME, CT	CMDCA
Mobilizar a população sobre a temática de violência contra crianças e adolescentes	Divulgar através de campanhas educativas os canais de denúncia como o CT, delegacia de polícia, disque 100 e 190.	Uma campanha anual	2016 - 2026	Através de índices da rede de proteção e atendimento	CT, SMS, SME, SMDS, CMDCA	CMDCA
Fortalecer o município para acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situações de violência e suas famílias	Buscar cofinanciamento estadual e/ou federal para construção do CREAS de acordo com as normas estabelecidas pela NOB/SUAS	Construção de sede própria para o CREAS	2016 - 2026	Espaço próprio para o CREAS	SMDS	SEDS e MDS

### EIXO 3 – DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

OBJETIVO	AÇÕES	METAS	PRAZO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEL	CORRESPONSÁVEL
Apoiar ações comunitárias de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários conforme direito da criança e do adolescente	Realizar ações de conscientização e orientação dos pais sobre a importância do convívio familiar	Atingir 80% das famílias	2016 - 2026	Através de dados obtidos	SMDS	SMDS, SME,
	Promover ações de conscientização das famílias sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes	Atingir 80% das famílias	2016 - 2026	Número de campanhas realizadas	CT, SME, SMDS	CMDCA
Reestruturação e otimização dos espaços públicos no apoio, oferta e organização de ações, programas, projetos e serviços que fortaleçam os	Viabilização da possibilidade de cedência destes espaços para a realização destas ações	Atingir 80% das famílias	2016 - 2026	Número de ações desenvolvidas	Secretaria de Planejamento	SMDS

vínculos familiares e comunitários						
Promoção de ações intergeracionais que integrem crianças, adolescentes e idosos, através de espaços culturais, esportivos, socioeducacionais	Atividades recreativas, contação de histórias, apresentações artísticas, artesanato e culinária.	Número de espaços cedidos	2016 - 2026	Número de ações desenvolvidas	SECRETARIAS AFINS	CMDCA, CMDI

#### **EIXO 4 – DIREITO A: EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.**

<b>Objetivo</b>	<b>Ações</b>	<b>Metas</b>	<b>Prazo de Execução</b>	<b>Indicadores de Resultados</b>	<b>Responsável</b>	<b>Corresponsável</b>
Educação Especial	Manutenção e ampliação das ações da educação especial	Apoiar a Escola e CMEI com educadores e professores especializados em educação especial	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola e CMEI
Apoiar, infra estruturar e viabilizar a educação infantil em tempo integral no CMEI	Manter e ampliar o atendimento a educação integral infantil	Atender em tempo integral 100% das crianças em situação de vulnerabilidade social	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola e CMEI
Universalizar o acesso a escola	Fortalecer o trabalho junto ao Conselho Tutelar	Garantir 100% de permanência das matrículas na escola.	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, MEC, Conselho Tutelar, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola e CMEI
Manter e ampliar as unidades escolares do município.	Veicular meios para edificar novos prédios escolares e realizar manutenção frequente nos atualmente ocupados.	Planejar a edificação de novos prédios escolares, junto à Secretaria de Administração e Engenharia, bem como atender às necessidades de manutenção dos prédios atuais.	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, SMAD, MEC, Escola e CMEI	SMED, SMAD, MEC, Escola e CMEI

Transporte escolar municipal	Disponibilizar o transporte escolar gratuito e de qualidade e conforme a necessidade de cada situação, para 100% dos alunos que dele necessitam.	Atender a todas as crianças e adolescentes, desde CMEI, Escola ao Colégio, através do transporte escolar conforme a sua necessidade específica.	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola e CMEI
Fomentar o Programa Bolsa Família	Atender a 100% dos alunos cadastrados no Programa	Alimentar o Sistema Presença de acordo com a realidade, periodicamente e informando ao CRAS e CT dos faltantes para verificação de necessidades.	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, CT, CRAS, MEC, Escola e CMEI	CT, CRAS, SMED, MEC, Escola e CMEI
Graduação de jovens em Universidade Federal	Fomentar o acesso do estudante ao ensino de 3º grau, dando continuidade ao programa Auxílio	Atender 100% dos alunos munícipes que frequentam cursos técnicos e graduação com o Auxílio Transporte, bem como ampliar a oferta do auxílio	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola e CMEI

	Transporte	para alunos de pós graduação, mestrado e doutorado.				
Apoiar atividades culturais como música, danças e artes em geral.	Elaborar o calendário cultural de apresentações no município	Inserir alunos de todas as idades em apresentações culturais, de acordo com calendário.	2016 a 2025	Dados da SMED	Depto. De Cultura, SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola, Departamento de Cultura e CMEI
Construção, reformas e manutenção das praças e parquinhos.	Manter e ampliar a oferta de parquinhos recreativos para rede infantil do município.	Verificar trimestralmente as condições dos parques atuais e viabilizar estudos para implantação de novos parques em áreas distantes.	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, MEC, Escola e CMEI	Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, SMED, MEC, Escola e CMEI
Proporcionar atividades esportivas em contra turnos escolares para crianças e adolescentes, com o intuito de prevenir casos de vulnerabilidade, risco social e atos infracionais.	Viabilizar acesso a várias modalidades de atividades esportivas para as crianças e adolescentes do município.	Oportunizar a execução destas atividades nos três turnos: matutino, vespertino e noturno para que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à prática esportiva.	2016 a 2025	Dados da SMED	SMED, Departamento de Esportes, MEC, Escola e CMEI	Departamento de Esportes, Colégio, SMED, MEC, Escola e CMEI
Apoiar atletas de nossa cidade com potencial para competições regionais e nacionais.	Viabilizar ajuda de custo para gastos com	Incentivar ao desporto com auxílio de custo e acompanhamento de	2016 a 2025	Dados da SMED	Departamento de Esportes, SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, Departamento de Esportes, Colégio, MEC,

	deslocamento e estadia para atletas do município em competições regionais e nacionais.	profissional específico da categoria para competições regionais e nacionais.				Escola e CMEI
Realizar competições dentro de nosso município.	Organizar competições esportivas municipais, visando o desporto e lazer.	Viabilizar o acesso a participação de todos os munícipes às competições esportivas, de todas as faixas etárias e de diversas categorias.	2016 a 2025	Dados da SMED	Departamento de Esportes, SMED, MEC, Escola e CMEI	SMED, MEC, Escola, Departamento de Esportes, Colégio e CMEI

## EIXO 5 – DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E A PROTEÇÃO NO TRABALHO

OBJETIVO	AÇÕES	METAS	PRAZO DE EXECUÇÃO	INDICADORES DE RESULTADOS	RESPONSÁVEL	CORRESPONSÁVEL
Ampliar a oferta de serviços técnicos e profissionalizantes	Oferta de cursos técnicos aos filhos de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar	Ampliação da oferta de vagas de forma gradativa, contemplando os filhos de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar, atingindo 100% em dez anos	2016 - 2026	Número de vagas ofertadas x número de participantes	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, SME	SENAR / Secretaria de desenvolvimento Econômico / Secretaria Estadual de Educação(SEED)
	Oferta de cursos profissionalizantes para adolescentes acima de 14 anos e jovens	Apoiar instituições que ofereçam cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas	2016 - 2026	Número de vagas ofertadas x número de participantes	SMDS, SE	SENAC, SENAI, SENAR



Implantar projetos sobre empreendedorismo no Colégio Estadual do município	Incentivar dentro da Escola, o empreendedorismo juvenil para o conhecimento das diversas formas de trabalho (registro em carteira, cooperativas, economia solidária, entre outros.)	Colégio Estadual do Município de Quatro Pontes	Anual	Implantação no Colégio	SME Colégio Estadual	CMDCA e Secretarias afins
	Promover ações de orientação vocacional objetivando informar os jovens acerca das profissões existentes e cursos profissionalizantes, de acordo com as necessidades no mercado regional.	Colégio Estadual de Quatro Pontes	Anual	Implantação no Colégio	SME Colégio Estadual	CMDCA e Secretarias afins

**EIXO 6 – FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

<b>OBJETIVO</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>METAS</b>	<b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b>	<b>INDICADORES DE RESULTADOS</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>CORRESPONSÁVEL</b>
Garantia de prioridade absoluta do atendimento à criança e ao adolescente	Incentivar e fomentar a participação dos adolescentes nos conselhos	Participação em todos os conselhos que deliberam ações relacionadas a crianças e adolescentes	2016 - 2026	Através de resultados obtidos	SMDS, SME	SMDS, SME, CMDCA
	Apoiar e manter ativos os conselhos municipais	Atingir 100% dos conselhos	2016 - 2026	Através de resultados obtidos	SMDS, SME	SMDS, SME, CMDCA, CMAS
Qualificação permanente dos trabalhadores da rede para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes	Capacitações promovidas pelo Estado ou dos Polos Regionais	Atingir em 10 anos, 100% dos trabalhadores da rede, conselheiros tutelares e conselheiros de direito	2016 - 2026	Número de vagas e pessoas capacitadas por segmento	SMDS	CMDCA GOVERNO ESTADUAL

Divulgar e acompanhar a implementação e execução do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Criar uma equipe para acompanhamento e monitorização da execução do Plano decenal	Cumprir 100% das metas anuais	Anual	Redução das desigualdades através do cumprimento do Plano Decenal	SMDS, CMDCA	CMDCA, SMDS
	Alterar se necessário o PPA, adotar medidas para inclusão das ações do Plano Decenal na LDO e LOA		2017 - 2018		SMDS	SMDS
	Intensificar as campanhas de incentivo a destinação de 1% e 6% do Imposto de Renda devido ao FMDCA		2017 - 2026		CMDCA	SETOR PRIVADO
Fortalecer o CT e CMDCA, através de instrumentalização técnica e melhoria das estruturas para	Ofertar formação continuada em nível básico, intermediário e avançado, após processo de	Capacitar 100% dos conselheiros Tutelares e CMDCA	2017 - 2026	Nº de vagas ofertadas  Nº de participantes	SMDS, CMDCA, CT	CMDCA

o exercício de suas atribuições	eleição.					
Estruturação e Operacionalização do SIPIA CT web no município, o qual encontra-se implantado	Realizar capacitação EAD para nivelamento conceitual e prático com vistas a ampliar e melhorar a utilização da ferramenta SIPIA CT web	Capacitação de 100% dos CT a cada 2 anos	A cada dois anos	Nº de pessoas capacitadas por segmento	CT	CMDCA
	Monitorar e acompanhar a alimentação do SIPIA CT web, por meio de relatórios gerados	Produção de diagnóstico a cada 2 anos, com base nos dados trabalhados	A cada 2 anos	Nº de CT ativo no sistema	CT	CMDCA

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Quatro Pontes- PR, é um documento que estabelece um planejamento a longo prazo, para os próximos dez anos, ao município e à sociedade civil organizada, para que haja a soma de esforços, recursos e ações, com metas e indicadores de monitoramento, integrando as políticas públicas direcionadas à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Visando à efetiva implementação deste Plano, com relação à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, há a necessidade de atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação bem estruturadas e desenvolvidas por equipe técnica de cada órgão envolvido. Também pelo Comitê Intersetorial responsável pela elaboração do Plano na área da criança e do adolescente e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), indicando responsabilidades, formas de coleta e análise de dados e sua periodicidade.

O monitoramento é um importante instrumento para acompanhar metas e prazos de execução e a implementação das ações, visando mensurar se os resultados esperados foram alcançados. A avaliação é um momento reflexivo, que avalia todo o processo e resultado para verificar a efetivação das políticas públicas propostas no Plano Decenal. Assim, é necessário estabelecer um fluxo de monitoramento e avaliação das ações dos órgãos e instituições que possuem responsabilidade com relação às ações estabelecidas.

Por isso, cada órgão ou instituição envolvida, cada um dos responsáveis e corresponsáveis pelas ações do Plano de Ação deverá acompanhar suas ações constantemente, verificando se as metas instituídas estão próximas de serem atingidas, organizando a coleta e análise dos dados e mantendo os registros das ações previstas.

Anualmente, as instituições e órgãos deverão encaminhar o relatório ao CMDCA e/ou aos Técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (para o monitoramento e avaliação das ações), contendo informações quanto ao cumprimento das metas, de acordo com o prazo previsto e os indicadores de resultado obtidos, tudo constante no Plano de Ação.

Para facilitar a visualização de todo o processo de monitoramento e avaliação do Plano Decenal, segue o quadro abaixo com as atividades:

AÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
APRESENTAÇÃO DO PLANO	X									
ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES		X	X	X	X	X	X	X	X	X
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			X		X		X		X	
AUDIÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS					X					X
AVALIAÇÃO FINAL										X

## 6-REFERÊNCIAS

- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA
- Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná
- Propostas das Conferências Municipais
- Relatórios de atendimento mensal CRAS ano 2015
- Relatórios do Conselho Tutelar ano 2015

